

## Discurso posse solene Desembargador

Este ato simboliza meu oficial ingresso como novo componente da mais alta Corte de Justiça deste estado de Pernambuco.

O que dizer neste momento singular para a carreira de um magistrado?

Primeiro, feliz daquele que é agraciado pelo Criador com o tempo. Tempo de nascer. Tempo de crescer. Tempo da adolescência. Tempo de adulto. Tempo de evoluir, pessoal e profissionalmente.

Encaro este ato, pois, como a evolução do magistrado na carreira, consistente na transmutação do julgamento primeiro e solitário para o julgamento colegiado e revisional, circunstância que eleva sobremaneira a responsabilidade da atividade julgadora.

Neste momento, tudo nos leva ao passado.

Temos a necessidade incontornável de fazer um retrospecto de toda nossa trajetória até o momento atual.

Foi em 12 de novembro de 1987 que me abracei com a magistratura, rendendo-me ao destino que o Criador me reservou: ser um julgador.

Já lá se vão quase vinte seis anos de magistratura.

Vejo-me no carro com o meu saudoso pai, José Guimarães Sobrinho, advogado com o qual muitos daqui conviveram, a caminho de Sanharó, minha primeira comarca, para comunicar meu efetivo exercício. Ele fazia questão de compartilhar de esses momentos. Meu ingresso na magistratura foi uma das maiores alegrias de sua vida. Era um amante da advocacia, mas profundo admirador da carreira judicante, na qual construiu grandes amigos. Na dimensão espiritual em que estiver, está comemorando com vigor este acontecimento.

A primeira comarca ninguém esquece. De Sanharó, só guardo boas e felizes lembranças. Fui recebido com carinho e respeito por aquela coletividade. Lá morei por três anos. Lá minha filha Bárbara deu seus primeiros passos. Lá minha esposa Lylian engravidou de nossa filha Déborah. O escrivão era João Pessoa Caraciolo. Homem digno sob todos os aspectos. Foi um privilégio tê-lo como parceiro no início de minha carreira, assim como todos os servidores da época.

Em novembro de 1990 fui promovido para o cargo de Juiz de Direito substituto de 2º Entrância, tendo sido designado para ter exercício na 2ª Vara Cível da comarca de Jaboatão dos Guararapes. Comarca desafiadora. Foi uma experiência profícua. Posteriormente, atendendo a convite do então Juiz Assessor

especial da Presidência, hoje presidente, des. Jovaldo Nunes Gomes, fui atuar no Juizado Especial de pequenas Causas de Olinda, que foi a segunda unidade dessa inovadora proposta instalada no Estado. Foi uma experiência enriquecedora. Na 1ª Vara da Assistência Judiciária de Olinda, como titular, encerrei minha atuação na 2ª entrância.

Em dezembro de 1992, fui promovido para Juiz de Direito Substituto da Capital, tendo sido designado para ter exercício na 5ª Vara da Fazenda Pública. Na época, as varas da fazenda pública funcionavam na sobreloja do Prédio da Procuradoria Jurídica do Estado, localizada na rua da Aurora. Neste ramo atuei por cinco anos. Quanta saudade! Foi um período rico. Fantástico. A turma da fazenda pública era coesa, solidária e harmônica. Fui beneficiado pelo convívio diário com os magistrados IVONALDO MIRANDA e JOAQUIM CASTRO, que integraram e honraram esta Corte; ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES, JAMBO, ANTENOR CARDOSO, FERNANDO MARTINS e ROBERTO MAIA, hoje ilustres integrantes desta Corte; ULISSES VIANA, certamente futuro integrante desta Corte; LUIZ FERNANDO LAPENDA FIGUEIROA e LINDOLFO PIMENTEL, ambos de saudosa memória. Dessa convivência, inteligentemente, permitam-me a falta de modéstia, me aproveitei para cultivar suas amizades. Não me arrependo. Não sei se a recíproca é verdadeira. Todos dignificam a magistratura deste Estado. Saindo da área da Fazenda Pública, não possa deixar de registrar a rica e estreita amizade que tive com o saudoso magistrado ALEXANDRE AQUINO, cujo mérito foi reconhecido por este Tribunal, promovendo-o a desembargador.

Em dezembro de 1997, fui titularizado na 8ª Vara Cível, onde permaneci até o momento de minha ascensão a esta Corte. Foram quase dezesseis anos. Das mais antigas da Capital, era um desafio e aprendizado diário. Nesta unidade, desde o início, estiveram ao meu lado as servidoras IRENE, PRAZERES, ROSE e MIRIAN. Depois, vieram os servidores GERMANO e JOÃO RICARDO. A todos eles meu reconhecimento por todo esse período de convivência profícua.

Aí está, em síntese, minha caminhada de mais de 25 anos no primeiro grau de jurisdição.

No curso dessa caminhada, não posso deixar de destacar as experiências que passei, no âmbito administrativo, como Juiz Corregedor Auxiliar, nas gestões, respectivamente, dos eminentes desembargadores MÁRIO DE SOUZA MELO e HÉLIO SIQUEIRA CAMPOS e, por fim, como Juiz Assessor Especial do atual presidente, desembargador JOVALDO NUNES GOMES. Todas elas, sem exceção, contribuíram significativamente para o meu amadurecimento como pessoa e como magistrado. A eles, externo minha gratidão por me haver permitido vivenciar tais experiências.

Contudo, devo externar e confessar para todos que comigo compartilham este momento, que o convívio diário com o nosso atual Presidente representou, para mim, uma lição singular de vida. Dele extraio lições de amizade, humanidade, humildade, serenidade, prudência e de gestor público exemplar. No exercício de sua autoridade, bom humor nunca lhe falta, inclusive na hora do puxam de orelhas aos seus auxiliares, que entendem o recado e, em seguida, saem rindo e satisfeitos. Agradeço-lhe por tudo isto. Mas não pense que vai se livrar de mim.

Ainda com relação ao nosso Presidente, peço permissão para relatar um fato que não sei se ele vai se recordar e tem a ver com este momento. É a história do sonho que se torna realidade. Estava postulando figurar pela primeira vez na lista tríptica para acesso ao Tribunal. Dentre outros, com o seu expressivo apoio. O momento era de apreensão para mim. Determinada noite, como que uma mensagem espiritual, nunca me esqueço, ocorreu-me um sonho, simbolizado por ele me nomeando desembargador. Em seu gabinete, contei-lhe do sonho, que agora se torna realidade.

Sinto-me também no dever de reiterar, neste momento, o que expressei na minha posse formal no gabinete da presidência, até porque a grande maioria dos que aqui está, lá não esteve.

Nada somos sozinhos. Estamos sempre a depender uns dos outros. Essa dependência é o extrato da vida em sociedade. Inicia-se no seio da família e depois se espalha por todas as nossas relações sociais. Assim, nunca alcançamos um objetivo isoladamente, mas da convergência de vontades. Agradecemos, portanto, a todos que de alguma forma contribuíram para a concretização deste momento.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela minha existência, por tudo que me tem proporcionado e, em especial, por este momento de intensa felicidade e significado para mim e para minha família.

Minha gratidão a todos os desembargadores, por me haver distinguido a alçar, por merecimento, a mais alta Corte de Justiça deste Estado.

Sinto-me honrado. Nunca, orgulhoso.

Não me considero mais merecedor do que qualquer dos ilustres colegas que têm legitimidade para postular o acesso ao Tribunal. Apenas, tanto quanto, considero-me merecedor de estar vivenciando este momento.

Aos meus genitores, José Guimarães Sobrinho, espiritualmente aqui presente, e Maria Nazaré, fisicamente

presente, meu eterno reconhecimento pela formação que me proporcionaram e apoio irrestrito em todas as horas. Meu pai, em abril/1979, quando eu estava nos bancos da faculdade, presenteou-me com a coleção de direito processual de José Frederico Marques, com esta dedicatória: Ao André, Com a amizade e esperança do seu pai. Minha mãe, em abril/1991, quando já no exercício da magistratura, presenteou-me com a coleção também de direito processual de Moacir Amaral Santos, com esta dedicatória: Querido André, Tive alguns grandes sonhos na vida. Alguns consegui realizar. Dentre eles, estava o desejo de ter um filho Juiz de Direito. Você deu-me este presente vivencial. Creio que os correspondi e me sinto extremamente feliz por isso.

À minha esposa, Lylian, companheira e parceira há mais de 25 anos, bodas de prata com sabor de diamante, um sonoro obrigado por tudo e por todo o carinho e amor que me tem dedicado.

Às minhas filhas, Bárbara e Déborah, digo que representam a substância especial deste momento.

Ao meu irmão Vladimir, amigo de todas as horas e presença constante na minha vida, meus eternos agradecimentos.

Aos meus sobrinhos Igor, Vladinho e Carol, obrigado pelo carinho e apreço que me dispensam.

Finalmente, agradeço, indistintamente, a todos os parentes e amigos, de todos os credos e matizes, pela demonstração de apreço e incentivo durante toda a jornada, que redundou na formação de uma corrente inquebrantável para se atingir este momento.

Para finalizar, falo da nossa função julgadora.

Nesse mister, erigida a função essencial do Estado para a preservação da paz social, temos como meta fazer justiça, segundo as leis que nos são postas. Porém, sabemos muito bem, todos nós magistrados, que o julgamento não é um cálculo matemático, mas a formação de um juízo de valor não raro árduo de se atingir. Dúvidas e angústias são sentimentos recorrentes para o julgador. Sempre estamos a indagar: Qual o caminho certo a seguir? Essa é a vida incessante do magistrado.

Nesse contexto, a experiência se apresenta como fator importante para amenizar essas dúvidas e angústias. Jamais afastá-las por completo. Representa, na verdade, um acréscimo importante na evolução da carreira.

Por isso, não é sem razão a opção legal para que os tribunais sejam integrados pelos juízos mais antigos na carreira.

Nessa perspectiva, creio que já passados mais de 25 anos no exercício da magistratura estadual, acumulei uma

experiência que me legitima ao exercício do cargo de desembargador.

Costuma-se dizer, em virtude das experiências acumuladas pelo magistrado, que ele está maduro para o exercício do cargo de desembargador. Entretanto, prefiro afastar esse adjetivo, pelo fato de ele denotar um sentido de completude. E nós, magistrados, sabemos que nunca estamos totalmente completos e acabados para o exercício da nossa função. Portanto, assumo o cargo desembargador deste egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, com a consciência plena de que esta honrosa função constitui tão somente mais um desafio na minha carreira judicante.

Muito obrigado e que Deus nos abençoe.

Recife, 31 de outubro de 2013.

ANDRÉ GUIMARAES  
Desembargador